26º ENANCIB
Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação
A Amazônia na sociedade global em rede: assimetrias e potencialidades informacionais, tecnológicas e ambientais
Belém, Pará, 09 a 13 de novembro de 2026
Universidade Federal do Pará

ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO
ISSN 2177-3688

GT 10 – Informação e Memória

MEMÓRIA E SILENCIAMENTOS NO MUSEU DE HISTÓRIA DA PARAÍBA

MEMORY AND SILENCING IN THE MUSEUM OF HISTORY OF PARAÍBA

Nayara Gomes Leite – Universidade Federal da Paraíba /(UFPB)
Antonio Gouveia de Sousa – Universidade Federal do Pará /(UFPA)

Modalidade: Trabalho Completo

Resumo: O presente trabalho analisa os processos de enquadramento da memória no Museu de História da Paraíba, considerando as formas pelas quais a narrativa expositiva organiza diferentes níveis de visibilidade histórica no interior do espaço museológico. Parte-se do entendimento de que os museus não atuam apenas como espaços de preservação do passado, mas também como instituições responsáveis pela seleção, organização e legitimação de determinadas representações históricas. O objetivo da pesquisa consiste em compreender como a exposição permanente do museu distribui centralidades narrativas e produz silenciamentos na construção da memória pública paraibana. Metodologicamente, a pesquisa possui caráter qualitativo e articula observação do espaço expositivo, análise documental e análise interpretativa da narrativa museológica, tomando como referência os estudos sociais da memória, especialmente as contribuições de Pollak (1989; 1992) sobre enquadramento da memória e silenciamento. As observações realizadas indicam que a exposição permanente atribui maior destaque a personagens e acontecimentos ligados às elites políticas e administrativas, enquanto outras experiências históricas, como as populações indígenas e negras, aparecem de forma secundária, fragmentada ou limitada por menor densidade narrativa. Também foram identificadas desigualdades na distribuição espacial das representações históricas presentes no percurso expositivo. Como considerações finais, o trabalho aponta que o museu participa ativamente da construção pública da memória, organizando diferentes níveis de reconhecimento histórico e produzindo hierarquias narrativas no interior da memória institucionalizada.
Palavras-chave: memória social; museus; enquadramento da memória; narrativa museológica; silenciamento.

Abstract: This paper analyzes the processes of memory framing at the Paraíba History Museum, considering the ways in which the exhibition narrative organizes different levels of historical visibility within the museum space. The study is based on the understanding that museums do not operate solely as spaces for preserving the past, but also as institutions responsible for the selection, organization and legitimization of specific historical representations. The objective of the research is to understand how the museum's permanent exhibition distributes narrative centralities and produces silences in the construction of Paraíba's public memory. Methodologically, the research adopts a qualitative approach and combines observation of the exhibition space, documentary analysis and interpretative analysis of the museum narrative, drawing on social memory studies, especially Pollak's (1989; 1992) contributions on memory framing and silencing. The observations carried out indicate that the permanent exhibition gives greater prominence to characters and events related to political and administrative elites, while other historical experiences, such as Indigenous and Black populations, appear in secondary, fragmented or narratively limited forms. Inequalities were also identified in the spatial distribution of historical representations throughout the exhibition route. As final considerations, the study argues that the museum actively participates in the public construction of memory by organizing different levels of historical recognition and producing narrative hierarchies within institutionalized memory.
Keywords: social memory; museums; memory framing; museum narrative; silencing.

1 INTRODUÇÃO

Os museus históricos ocupam posição relevante na organização pública da memória, participando da construção e legitimação de narrativas sobre o passado por meio das exposições e dos diferentes recursos mobilizados em sua composição. Mais do que espaços destinados à preservação, essas instituições participam da seleção e organização de visibilidades históricas, atribuindo diferentes níveis de centralidade a sujeitos, acontecimentos e experiências na composição de narrativas sobre o passado (Schwarcz, 2005).

Nesse contexto, o Museu de História da Paraíba, inaugurado em outubro de 2025, constitui um espaço privilegiado para analisar como uma instituição museológica organiza e apresenta referências sobre a história paraibana. A exposição permanente apresenta diferentes níveis de centralidade narrativa, particularmente perceptíveis no painel cronológico "Linha do tempo da História da Paraíba – Principais acontecimentos que marcaram o estado", tomado como principal corpus empírico da análise.

A análise concentra-se na forma como a narrativa expositiva organiza a presença de diferentes sujeitos, acontecimentos e experiências na representação da história paraibana, com atenção às referências às populações negra e indígena. Mais do que identificar

ausências totais, interessa observar os lugares narrativos atribuídos a esses grupos no interior da exposição, considerando sua frequência, posição, destaque e articulação com os acontecimentos apresentados.

Diante disso, pergunta-se: como a exposição permanente do Museu de História da Paraíba organiza e hierarquiza diferentes sujeitos, acontecimentos e experiências na construção de uma narrativa sobre a história paraibana?

A discussão articula os estudos sociais da memória às contribuições que tratam dos museus como espaços de produção, organização e apresentação de narrativas sobre o passado. No primeiro eixo, são mobilizadas as contribuições de Pollak (1989; 1992) sobre enquadramento da memória e disputas em torno do que é lembrado e silenciado, em diálogo com Halbwachs (2006). No segundo, a análise recorre às formulações de Meneses (2018) sobre a exposição museológica e o conhecimento histórico, além de outros autores, como Bennet (1995), que permitem discutir as relações entre museus, seleção e produção de narrativas históricas. Bourdieu (2009) contribui para a discussão das formas de legitimação simbólica presentes nesse processo.

A pesquisa possui caráter qualitativo e articula observação da exposição permanente, análise dos materiais expositivos e análise da narrativa apresentada no painel cronológico, principal corpus empírico da investigação.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

A discussão parte dos estudos sociais da memória, considerando a memória como uma construção social marcada por processos de seleção, organização e disputa em torno das formas de representação do passado. Nessa perspectiva, lembrar não corresponde à conservação integral de acontecimentos, mas a um processo no qual diferentes grupos, instituições e agentes participam da atribuição de sentidos ao passado e da definição das formas pelas quais determinadas experiências circulam publicamente.

As formulações de Halbwachs (2006) constituem um ponto de partida para essa discussão ao estabelecerem o caráter social da memória. Para o autor, os indivíduos recordam a partir de referências compartilhadas socialmente, organizadas por aquilo que denomina quadros sociais da memória. As lembranças, assim, não existem de forma isolada ou puramente individual, pois se relacionam às interações sociais e aos grupos aos quais os sujeitos pertencem. A memória coletiva organiza formas de interpretação do passado e

produz referências compartilhadas a partir das quais experiências e pertencimentos são situados socialmente.

Embora dialogue diretamente com Halbwachs (2006), Pollak (1989) desloca essa discussão ao enfatizar os conflitos, tensões e disputas presentes nos processos de construção da memória. Em Pollak (1989), a memória coletiva passa a ser analisada também a partir das relações de poder que interferem na seleção, estabilização e transmissão de determinadas narrativas históricas. O autor chama atenção para os mecanismos sociais que participam desse processo ao questionar "como os fatos sociais se tornam coisas, como e por quem eles são solidificados e dotados de duração e estabilidade" (Pollak, 1989, p. 2).

A formulação de Pollak (1989) oferece uma chave para analisar a memória como processo de seleção e legitimação de determinadas narrativas. A partir dela, torna-se possível investigar como experiências históricas adquirem diferentes níveis de reconhecimento público, estabilidade institucional e circulação social, bem como observar aquelas que ocupam posições menos destacadas nas narrativas institucionalizadas. A questão, assim, não se reduz à presença ou ausência de determinados conteúdos, mas também envolve os diferentes lugares que sujeitos, acontecimentos e experiências ocupam na organização das narrativas sobre o passado.

A contribuição de Pollak (1989) desloca, desse modo, a atenção para as condições sociais que fazem com que determinadas lembranças adquiram maior estabilidade e circulação. A seleção de referências sobre o passado não ocorre fora das relações entre grupos e instituições, de modo que a memória também pode ser analisada a partir das posições ocupadas por diferentes agentes na produção e transmissão de narrativas.

Essa perspectiva é particularmente relevante para instituições que apresentam publicamente determinadas interpretações sobre o passado, pois a organização de uma narrativa envolve escolhas acerca dos acontecimentos, personagens e experiências que serão incorporados e das relações estabelecidas entre eles. A disputa pela memória, nesse contexto, não se limita à existência de diferentes lembranças, mas envolve também as condições sociais e políticas que fazem com que determinadas versões do passado passam a ocupar maior reconhecimento e legitimidade social do que outras.

Um dos aportes de Pollak (1989; 1992) refere-se à distinção entre memória oficial e memórias subterrâneas. Para o autor, narrativas legitimadas institucionalmente coexistem

com experiências e lembranças que permanecem marginalizadas ou submetidas ao silêncio, mas continuam circulando em redes sociais, grupos e espaços de sociabilidade. A noção de memória subterrânea, contudo, não deve ser confundida com toda experiência que recebe pouca visibilidade em uma narrativa institucional. Sua utilização exige identificar os grupos, redes ou espaços nos quais determinadas lembranças permanecem preservadas, mobilizadas ou transmitidas.

Essa distinção é importante para a análise do espaço museológico, pois uma referência pouco presente em uma exposição não pode, por si só, ser classificada como memória subterrânea. Para essa categoria, é necessário considerar também os espaços sociais nos quais essas lembranças são mantidas e mobilizadas.

Ao discutir o silêncio como dimensão dos processos de memória, Pollak (1989) afasta a associação automática entre aquilo que não é dito e aquilo que foi esquecido. Segundo o autor, “o longo silêncio sobre o passado, longe de conduzir ao esquecimento, é a resistência que uma sociedade civil impotente opõe ao excesso de discursos oficiais” (Pollak, 1989, p. 3). A formulação chama atenção para o caráter social e histórico do silêncio, que pode estar relacionado às condições de circulação, transmissão e reconhecimento de determinadas memórias.

Nessa discussão, ganha importância à constatação também de Pollak (1989) acerca da fronteira entre o dizível e o indizível. Para o autor, existe uma separação entre “uma memória coletiva subterrânea” e “uma memória coletiva organizada que resume a imagem que uma sociedade majoritária ou o Estado desejam passar e impor” (Pollak, 1989, p. 6). Essa perspectiva desloca a atenção para aquilo que permanece nas margens da narrativa institucionalizada, tornando relevante observar não apenas os conteúdos que recebem visibilidade, mas também suas lacunas, posições secundárias e limites de representação.

A relação entre silêncio e memória exige, contudo, cuidado com a associação entre aquilo que não aparece em uma narrativa institucional e aquilo que foi efetivamente silenciado. A ausência de determinada referência em uma exposição pode resultar de diferentes processos de seleção e organização, sem que isso indique, por si só, a existência de uma memória subterrânea ou de uma ação deliberada de apagamento.

Por essa razão, a análise do silêncio no espaço museológico precisa considerar as condições de aparição dos sujeitos e acontecimentos, observando sua frequência, posição,

articulação com outros conteúdos e continuidade ao longo da narrativa. O silêncio pode, assim, ser pensado não somente como ausência, mas também como restrição das possibilidades de aparição e desenvolvimento de determinadas experiências no interior de uma narrativa sobre o passado.

É nesse horizonte que se situa o conceito de enquadramento da memória, que orienta a análise desenvolvida. A memória organizada socialmente resulta de processos de seleção, organização e atribuição de sentidos, nos quais grupos e instituições estabelecem referências sobre acontecimentos, personagens e experiências considerados relevantes. O enquadramento não corresponde, assim, à simples escolha de conteúdos, mas também às formas de ordená-los e conferir-lhes diferentes graus de destaque e estabilidade.

O enquadramento da memória perpassa, nesse caso, uma dimensão de organização narrativa. Não se trata somente de decidir quais acontecimentos serão incorporados a uma exposição, mas de estabelecer relações entre eles, situá-los em determinada sequência e atribuir diferentes graus de destaque aos sujeitos e processos apresentados. A mesma presença histórica pode assumir posições distintas conforme o espaço que ocupa, o período ao qual é associada, os acontecimentos com os quais aparece relacionada e a quantidade de informações destinada à sua apresentação.

Uma narrativa cronológica, por exemplo, não apresenta acontecimentos de maneira indiferenciada: a seleção dos marcos, a extensão dedicada a cada período, a escolha dos personagens e a maneira como os acontecimentos são relacionados produzem uma determinada leitura de continuidade e relevância histórica. A cronologia, nesse caso, não elimina a seleção; ela constitui uma forma específica de organizá-la. Observar o enquadramento da memória em uma exposição implica, assim, considerar tanto aquilo que foi incorporado à narrativa quanto às relações estabelecidas entre os elementos incorporados.

Pollak (1989, p. 7) afirma que “A referência ao passado serve para manter a coesão dos grupos e das instituições que compõem uma sociedade, para definir seu lugar respectivo, sua complementaridade, mas também as oposições irredutíveis”. A partir dessa formulação, o enquadramento pode ser pensado como um processo relacionado à organização de referências compartilhadas e à definição de posições dentro de uma narrativa sobre o passado.

O autor também destaca que esse trabalho de enquadramento se materializa em dispositivos concretos, como “monumentos, museus, bibliotecas etc.” (Pollak, 1989, p. 8-9). Os museus configuram-se, dessa maneira, como espaços privilegiados para a observação dos processos de organização institucional da memória. Ao selecionar acervos, construir exposições e distribuir narrativas no espaço expositivo, essas instituições (através de agentes como museólogos(as), historiadores(as) e gestores(as) museais) participam da definição social do que deve ser lembrado e das formas pelas quais o passado será publicamente interpretado pelo imaginário coletivo.

A exposição organiza relações entre objetos, textos, imagens, personagens e acontecimentos, criando uma estrutura por meio da qual o passado é apresentado ao público. O enquadramento da memória, quando observado no espaço museológico, pode ser analisado tanto pela seleção dos conteúdos quanto pela maneira como esses elementos são dispostos, relacionados e hierarquizados.

Como observa Meneses (2018), “memória e esquecimento são faces do mesmo processo”. O autor acrescenta que a memória pode ser pensada como um “mecanismo de esquecimento controlado, seletivo”, chamando atenção para a necessidade de considerar o esquecimento como dimensão das práticas sociais de memória, particularmente no campo dos museus.

A relação entre memória e esquecimento ganha uma dimensão específica no espaço museológico porque toda exposição trabalha com limites materiais, espaciais e narrativos. Não é possível apresentar a totalidade dos acontecimentos, sujeitos e processos relacionados a determinado passado. A questão sociologicamente relevante passa, então, pelas escolhas realizadas dentro desses limites e pelas relações de importância estabelecidas entre aquilo que é selecionado. O esquecimento, nessa perspectiva, não precisa ser tratado como resultado de uma eliminação completa, mas como parte das próprias operações que organizam a memória pública.

No caso de uma exposição dedicada à história de um estado, essas escolhas adquirem uma dimensão particularmente significativa. Ao definir acontecimentos, personagens e processos que serão apresentados como referências da trajetória histórica paraibana, a instituição também estabelece relações entre diferentes formas de participação no passado. A análise da exposição precisa considerar, assim, quais experiências aparecem

como acontecimentos históricos, quais são apresentadas como aspectos culturais ou sociais e quais recebem menor desenvolvimento narrativo.

Isso é útil para uma análise da exposição museológica, pois desloca a atenção da pergunta sobre aquilo que está ou não presente para os procedimentos de seleção, organização e atribuição de destaque que estruturam aquilo que é apresentado ao público.

A discussão sobre a formação histórica dos museus também permite deslocar a análise da preservação para as funções sociais atribuídas à instituição. Tony Bennett (1995) mostra como o museu moderno foi concebido como espaço de educação e formação do público, articulado a projetos mais amplos de organização social. A instituição museológica, nesse quadro, não se limita a reunir objetos, mas participa da produção de determinadas formas de percepção, conduta e relação com a cultura. Como sintetiza Bennett (p. 28, 1995), o museu foi concebido como “um novo tipo de espaço social”.

O autor também chama atenção para a dimensão socialmente diferenciada da experiência museológica, mostrando que os museus foram historicamente atravessados por disputas em torno de quem poderia frequentá-los, de que maneira e sob quais códigos de comportamento.

Essa dimensão histórica do museu interessa à análise porque desloca a instituição da posição de simples depositária de objetos e informações. O espaço museológico organiza uma determinada relação entre público e passado, estabelecendo modos de apresentação, classificação e circulação do conhecimento. A exposição participa, assim, da construção das condições nas quais determinados conteúdos são vistos e relacionados entre si. A questão não se resume ao que o museu conserva, mas inclui as formas pelas quais aquilo que foi selecionado é apresentado como conhecimento sobre o passado.

A perspectiva de Bennett (1995) também contribui para situar as relações entre museu e poder em termos institucionais. Se a exposição participa da organização pública do conhecimento, as escolhas realizadas nesse espaço não são indiferentes às relações sociais nas quais a instituição está inserida. A seleção de determinados acontecimentos e personagens, bem como sua apresentação como referências de uma história comum, pode ser analisada como parte de uma prática institucional de produção e circulação de narrativas sobre o passado.

Huyssen (1994), por sua vez, situa o museu moderno em uma história mais ampla de

disputas em torno da cultura, da tradição e da legitimidade cultural. Para o autor, o museu tornou-se um espaço institucional privilegiado para a articulação entre "a nação e a tradição, a herança e o cânone", participando da construção da legitimidade cultural em diferentes escalas. Nesse processo, suas coleções e arquivos contribuíram para estabelecer fronteiras culturais baseadas também em processos de "exclusão e marginalização" (Huyssen, 1994, p. 35).

A discussão sobre a relação entre memória, espaço e preservação também dialoga com Nora (1993), a partir da noção de lugares de memória. O conceito chama atenção para a criação de espaços, objetos e práticas destinados a concentrar e materializar determinadas relações com o passado. A utilização dessa categoria, contudo, exige cautela no caso aqui analisado: a existência de uma instituição museológica dedicada à história paraibana não é suficiente, por si só, para classificá-la como um lugar de memória nos termos propostos por Nora. A contribuição do autor interessa, neste estudo, sobretudo para situar o debate sobre os processos de materialização da memória e sua relação com espaços institucionalizados.

No caso do Museu de História da Paraíba (MHPB), essas discussões adquirem relevância particular por se tratar de uma instituição recentemente inaugurada e dedicada à apresentação pública de referências sobre a história do estado. A exposição permanente não reúne somente informações sobre acontecimentos passados, mas organiza uma sequência de conteúdos, personagens e processos históricos em uma determinada estrutura narrativa. O painel cronológico analisado nesta pesquisa constitui uma expressão particularmente clara dessa operação, pois apresenta uma seleção de acontecimentos considerados relevantes para a trajetória histórica da Paraíba e os dispõe em uma sequência temporal específica.

A discussão sobre a produção de narrativas sobre o passado também exige considerar as relações raciais que atravessam os processos de seleção e reconhecimento das experiências históricas. No caso da população negra, a construção de memórias públicas relaciona-se às disputas em torno das formas de registro, transmissão e reconhecimento de experiências que nem sempre ocupam posições equivalentes nas narrativas socialmente legitimadas.

Ao discutir as relações entre memória e racismo na sociedade brasileira, Gonzalez (2020) chama atenção para a memória como espaço de inscrição de experiências que não encontram o mesmo lugar nas narrativas dominantes. Para a autora, a memória constitui

“esse lugar de inscrições que restituem uma história que não foi escrita” (Gonzalez, 2020, p. 6). A formulação desloca a atenção para as relações entre memória, registro e reconhecimento, permitindo considerar como determinadas experiências históricas podem encontrar diferentes condições de circulação e legitimação nas narrativas públicas.

A autora chama atenção para a existência de experiências historicamente silenciadas pelas narrativas oficiais e para a necessidade de reconhecer a memória como espaço de emergência dessas histórias, considerando que os processos de silenciamento também perpassam as representações produzidas pelas instituições responsáveis pela elaboração das memórias públicas.

Essa discussão pode ser articulada às contribuições de Rodrigues, Silva e Ramos (2022), que, ao analisarem arquivos produzidos pelo movimento negro, discutem as tensões entre memórias produzidas por esses grupos e narrativas oficiais sobre o passado. A análise dos autores mostra que as disputas pela memória também dizem respeito às interpretações consideradas legítimas sobre acontecimentos e experiências históricas. Embora a presente análise não tenha como objeto arquivos produzidos por movimentos sociais, essa discussão contribui para pensar as relações entre memória e legitimidade narrativa no espaço museológico, especialmente ao considerar como uma instituição vinculada ao poder público organiza referências sobre a história da população negra.

A articulação dessas contribuições orienta a análise da exposição do Museu de História da Paraíba a partir de três dimensões relacionadas: os processos de seleção e enquadramento da memória; as formas de organização e apresentação das narrativas no espaço museológico; e os diferentes níveis de visibilidade e centralidade atribuídos aos sujeitos, acontecimentos e experiências representados. A partir dessa perspectiva, a análise do painel cronológico busca observar como escolhas de conteúdo, ordenamento temporal, destaque visual e densidade narrativa participam da construção de uma determinada representação da história paraibana.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa caracteriza-se como de natureza qualitativa, considerando os fenômenos relacionados à memória a partir de seus contextos de produção, das disputas narrativas e das formas pelas quais determinados passados recebem reconhecimento público. A escolha

dessa perspectiva metodológica relaciona-se ao objeto investigado, uma vez que a análise busca identificar como o Museu de História da Paraíba organiza e distribui narrativas históricas em seu espaço expositivo, com atenção às formas de representação das populações negra e indígena.

A pesquisa toma como referência o estudo de caso único, entendido, conforme Gil (2002), como uma estratégia voltada à análise aprofundada de um objeto específico, considerando suas particularidades e sua relação com contextos sociais mais amplos. Nesse caso, o objeto corresponde ao Museu de História da Paraíba, com atenção à exposição permanente e, especialmente, ao painel cronológico que integra o primeiro núcleo expositivo.

A pesquisa orienta-se pela observação do espaço museológico e pela atenção às condições nas quais os dados são produzidos. Nesse aspecto, são mobilizadas as contribuições de Beaud e Weber (2007), para os quais a pesquisa de campo não se reduz à coleta de informações, mas constitui um processo de construção analítica que requer atenção às relações sociais, às disposições espaciais, aos discursos e às condições de produção dos dados. A partir dessa orientação, os procedimentos articulam observação do espaço museológico, análise documental e levantamento de debates públicos produzidos em torno da narrativa expositiva do museu.

As observações realizadas no museu foram organizadas a partir das seguintes dimensões: 1) organização das salas; 2) percurso expositivo; 3) textos curatoriais; 4) figuras destacadas na narrativa histórica; 5) distribuição espacial dos conteúdos; e 6) formas de representação das populações negra e indígena ao longo da exposição permanente.

A análise documental abrangeu conteúdos produzidos pelo museu, incluindo textos curatoriais, materiais de divulgação e documentos relacionados à exposição permanente. Também são considerados debates públicos recentes sobre o museu, especialmente aqueles relacionados às formas de representação das populações negra e indígena em sua narrativa expositiva. Destacam-se análises críticas e iniciativas de história pública que problematizam as escolhas e formas de apresentação do passado no espaço museológico. Esses debates não substituem a análise empírica, mas contribuem para contextualizar as disputas em torno da memória pública e da instituição.

A análise dos materiais considera como dimensões interpretativas a visibilidade, a centralidade narrativa, a marginalidade e o enquadramento da memória, observando também possíveis formas de silenciamento ou assimetria representacional. Essas dimensões orientam a análise da distribuição dos sujeitos, acontecimentos e experiências no espaço expositivo, permitindo observar quais referências recebem maior destaque, quais ocupam posições secundárias e como essas diferenças participam da construção institucional de uma narrativa sobre a história paraibana.

A pesquisa em andamento prevê ainda a realização de entrevistas semiestruturadas com pessoas vinculadas ao museu e com interlocutores(as) externos(as) que tenham produzido leituras críticas acerca da narrativa expositiva da instituição. Entre os(as) possíveis interlocutores(as), encontram-se profissionais ligados à curadoria, gestão e mediação cultural do museu, bem como pesquisadores(as) e agentes ligados à educação patrimonial e ao turismo histórico na Paraíba. As entrevistas buscarão acrescentar informações sobre os processos de seleção, organização e apresentação da narrativa expositiva, bem como sobre as questões relacionadas à representação histórica identificadas durante a análise do material.

A articulação desses procedimentos busca relacionar as características observadas no espaço expositivo aos processos de seleção, organização e apresentação das referências históricas mobilizadas pelo museu. A análise concentra-se, especialmente, no painel cronológico da exposição permanente, considerando sua composição textual, a seleção dos acontecimentos e personagens apresentados, sua distribuição no espaço e as formas de representação atribuídas às populações negra e indígena.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

As observações realizadas no Museu de História da Paraíba indicam uma distribuição desigual de centralidade histórica ao longo da exposição permanente. A narrativa expositiva apresenta recorrência de personagens associados às esferas política, administrativa e militar da história paraibana, articulados a acontecimentos institucionais que ocupam posições de destaque na organização do percurso expositivo.

As referências às populações negra e indígena apresentam outra configuração narrativa. Sua presença aparece com maior frequência associada à formação cultural do estado, incluindo aspectos como religiosidade, culinária e manifestações culturais, ou à

formulação genérica da ‘miscigenação’ paraibana. São menos recorrentes as referências que apresentam esses grupos como protagonistas de processos políticos, conflitos, formas de organização social e outras experiências relacionadas à produção histórica da Paraíba.

Essa distribuição de referências pode ser relacionada à discussão de Pollak (1989; 1992) sobre o enquadramento da memória. Para o autor, o enquadramento envolve processos de seleção e organização de referências sobre o passado, por meio dos quais determinados acontecimentos e personagens adquirem maior estabilidade e reconhecimento nas narrativas socialmente compartilhadas. No caso analisado, a seleção dos acontecimentos, a posição ocupada pelos conteúdos e sua articulação com outros elementos da exposição participam da construção de diferentes níveis de visibilidade histórica.

Mais do que identificar uma ausência absoluta de referências às populações negra e indígena, as observações indicam formas desiguais de representação histórica. Esses grupos estão presentes na narrativa expositiva, mas frequentemente ocupam posições secundárias, com menor densidade interpretativa e menor centralidade na organização dos acontecimentos apresentados. A diferença, desse modo, não se estabelece somente pela presença ou ausência de determinado sujeito ou grupo, mas pelas condições narrativas atribuídas à sua presença: quais acontecimentos são associados a esses grupos, em que momentos da cronologia aparecem, que espaço ocupam e quais relações são estabelecidas entre suas experiências e os demais processos históricos apresentados.

A partir dessa configuração, cabe discutir se determinadas formas de seleção e apresentação podem ser interpretadas como modalidades de silenciamento, conforme a discussão de Pollak (1989). Nesse caso, o silenciamento não seria identificado pela ausência completa de referências, mas pelas condições restritas de aparição de determinadas experiências na narrativa histórica. A recorrência de associações entre populações indígenas e os períodos colonial e inicial da ocupação territorial, acompanhada de poucas referências a experiências indígenas contemporâneas, constitui um aspecto relevante dessa discussão.

No caso da população negra, há predominância de referências à escravidão e à formação cultural, enquanto são menos recorrentes referências à organização política, às formas de resistência, às disputas sociais e à participação em diferentes processos históricos. Essa distribuição pode produzir uma representação na qual a população negra aparece

associada sobretudo a determinadas condições e dimensões da formação social paraibana, enquanto outras experiências permanecem com menor densidade narrativa.

As questões identificadas na análise também aparecem em debates públicos recentes sobre a representação da memória no museu. Silva (2026), por exemplo, problematiza a presença de referências às populações afrodescendentes e indígenas na exposição, inserindo a discussão sobre o MHPB em um debate mais amplo acerca da representação histórica da população negra e indígena. Esse material é mobilizado como parte do contexto público de discussão da instituição, sem substituir a análise da exposição realizada nesta pesquisa.

A assimetria identificada não se limita à quantidade de referências atribuídas a diferentes grupos. Ela também se manifesta na maneira como os acontecimentos são classificados e articulados na narrativa expositiva. Personagens e acontecimentos vinculados à administração pública, à política e às instituições aparecem associados a processos apresentados como marcos da história paraibana, enquanto referências às populações negra e indígena são mais frequentemente articuladas a dimensões culturais ou a momentos específicos da formação histórica do estado. A organização da exposição produz, assim, diferentes posições para os sujeitos históricos, estabelecendo relações distintas entre suas experiências e aquilo que é apresentado como acontecimento relevante da história da Paraíba.

Essa organização pode ser relacionada à discussão de Bennett (1995) sobre a constituição histórica do museu como instituição de apresentação pública do conhecimento. O museu não corresponde a um espaço neutro de reunião de objetos e informações, mas a uma forma institucional de organizar aquilo que será apresentado ao público. A própria construção do passado no espaço museológico ocorre a partir de escolhas realizadas no presente, o que torna relevante observar não somente o que está exposto, mas as relações estabelecidas entre seleção, organização e apresentação dos conteúdos.

Andreas Huyssen (1994) também situa o museu moderno como espaço privilegiado para disputas relacionadas à tradição, ao patrimônio, ao cânone e à legitimidade cultural. A constituição dessas referências envolve fronteiras marcadas por processos de exclusão e marginalização, o que permite considerar que a narrativa museológica não se organiza

somente pela incorporação de determinados conteúdos, mas também pelas posições diferenciadas que eles ocupam no conjunto da exposição.

A contribuição de Meneses (2018) aproxima essa discussão da relação entre museu, conhecimento histórico e exposição. A exposição não constitui mera transferência de um conhecimento previamente elaborado para o espaço museológico, uma vez que a disposição dos objetos, textos e demais recursos participa da construção das relações estabelecidas entre os elementos apresentados. No MHPB, essa dimensão pode ser observada na maneira como diferentes acontecimentos e sujeitos são articulados na composição da narrativa histórica.

A análise sugere, desse modo, que as desigualdades identificadas não dizem respeito somente à quantidade de referências destinadas a diferentes grupos, mas às posições que esses grupos ocupam na estrutura narrativa da exposição. A seleção dos acontecimentos, sua ordenação cronológica, a distribuição espacial dos conteúdos e as formas de associação entre sujeitos e processos históricos participam da construção de diferentes graus de centralidade narrativa.

No caso das populações negra e indígena, a presença no espaço expositivo não elimina a possibilidade de assimetrias representacionais: determinadas experiências aparecem com menor continuidade, menor densidade interpretativa ou vinculadas a dimensões específicas da história paraibana. É nesse ponto que a discussão sobre enquadramento da memória se articula à produção museológica de narrativas sobre o passado, permitindo analisar como escolhas expositivas participam da definição daquilo que adquire maior reconhecimento como parte da história pública do estado.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As observações realizadas até o momento indicam uma distribuição desigual das representações históricas na exposição do Museu de História da Paraíba, especialmente no que diz respeito às populações negra e indígena. Embora esses grupos estejam presentes na narrativa expositiva, suas referências apresentam menor densidade e aparecem com maior frequência associadas a determinadas dimensões culturais ou temporalidades, em contraste com a recorrência de personagens e acontecimentos vinculados às esferas política e administrativa.

Essa configuração levanta a discussão sobre as formas de silenciamento na produção institucional da memória, especialmente quando determinadas experiências históricas apresentam menor continuidade, densidade ou centralidade narrativa.

As contribuições de Pollak (1989; 1992) foram importantes para interpretar essas diferenças a partir da noção de enquadramento da memória, considerando os processos de seleção e organização das referências sobre o passado. Em diálogo com essa perspectiva, as contribuições de Meneses (2018), Bennett (1995) e Huyssen (1994) permitem situar o museu como espaço de produção e apresentação de narrativas históricas, no qual escolhas expositivas participam da organização das formas de visibilidade do passado.

A articulação entre memória, museu e representação histórica desloca a análise da simples identificação de presenças e ausências para as formas pelas quais sujeitos, acontecimentos e experiências são selecionados, organizados e apresentados na narrativa expositiva.

Embora a pesquisa esteja em andamento, as observações realizadas indicam que a narrativa museológica participa da construção de diferentes níveis de centralidade histórica, estabelecendo posições diferenciadas para sujeitos, acontecimentos e experiências no interior da memória pública paraibana.

A continuidade da investigação, especialmente com a realização das entrevistas previstas, permitirá confrontar as interpretações construídas a partir da exposição com os contextos institucionais e as perspectivas dos diferentes interlocutores relacionados à produção e à leitura da narrativa museológica.

REFERÊNCIAS

BEAUD, Stéphane; WEBER, Florence. **Guia para a pesquisa de campo**: produzir e analisar dados etnográficos. Petrópolis: Vozes, 2007. Disponível em: https://www.estantevirtual.com.br/livro/guia-para-a-pesquisa-de-campo-07H-8121-000-BK. Acesso em: 24 out. 2026.

BENNETT, Tony. **The birth of the museum**: history, theory, politics. London: Routledge, 1995. Disponível em: https://lccn.loc.gov/94012936. Acesso em: 24 out. 2026.

BOURDIEU, Pierre. **O senso prático**. Tradução de Maria Ferreira. Petrópolis: Vozes, 2009. Disponível em: https://www.martinsfontespaulista.com.br/senso-pratico-603223/p. Acesso em: 24 out. 2026.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002. Disponível em: https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/131303. Acesso em: 24 out. 2026.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. *In*: RIOS, Flavia; LIMA, Márcia (org.). **Por um feminismo afro-latino-americano**: ensaios, intervenções e diálogos. Rio de Janeiro: Zahar, 2020. p. 75-93. Disponível em: https://bibliotecadigital.tse.jus.br/bitstreams/e30a3349-a452-46bf-bb8f-3fbaebec4c94/download. Acesso em: 24 out. 2026.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. Tradução de Beatriz Sidou. São Paulo: Centauro, 2006.

HUYSSEN, Andreas. Escapando da amnésia: o museu como cultura de massa. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, Rio de Janeiro, n. 23, p. 35-57, 1994. Disponível em https://pergamum.bibliotecas.ufs.br/acervo/141580. Acesso em: 24 out. 2026.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. Os museus e as ambiguidades da memória: a memória traumática. *In*: ENCONTRO PAULISTA DE MUSEUS, 10., 2018, São Paulo. **Conferência de abertura** [...]. São Paulo: SISEM-SP, 2018. Disponível em: https://www.sisemsp.org.br/wp-content/uploads/2018/08/Ulpiano-Bezerra-de-Meneses.pdf. Acesso em: 24 out. 2026.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. Tradução de Yara Aun Khoury. **Projeto História**, São Paulo, n. 10, p. 7-28, 1993. Disponível em: https://revistas.pucsp.br/revph/article/view/12101. Acesso em: 24 out. 2026.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989. Disponível em: https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2278. Acesso em: 24 out. 2026.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-212, 1992. Disponível em: https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/1941. Acesso em: 24 out. 2026.

RODRIGUES, Aldair; SILVA, Mário Augusto Medeiros da; RAMOS, Paulo César. Arquivo e memória negra: a documentação do Movimento Negro no Arquivo Edgard Leuenroth/CEBRAP-AFRO. **Revista de Políticas Públicas e Gestão Educacional (POLIGES)**, Itapetinga, v. 3, n. 2, p. 110-138, 2022. DOI: 10.22481/poligs.v3i2.11456. Disponível em: https://doi.org/10.22481/poligs.v3i2.11456. Acesso em: 24 out. 2026.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. A “era dos museus de etnografia” no Brasil: o Museu Paulista, o Museu Nacional e o Museu Paraense em finais do século XIX. *In*: FIGUEIREDO, Betânia Gonçalves; VIDAL, Diana Gonçalves (org.). **Museus**: dos gabinetes de curiosidades à museologia moderna. Belo Horizonte: Argumentum, 2005. p. 113-137.

SILVA, Wanderson Alberto da. E os afrodescendentes e indígenas no Museu de História da Paraíba? **Brasil de Fato**, [s. l.], 13 abr. 2026. Disponível em: https://www.brasildefato.com.br/colunista/historia-publica-narrativas-negras/2026/04/13/e-os-afrodescendentes-e-indigenas-no-museu-de-historia-da-paraiba/. Acesso em: 24 out. 2026.